

Los temas sociales siguen afuera de Mercosur



Los presidentes en el cierre de la Cumbre

En la Cumbre de Presidentes del Mercosur, que finalizó el día 30/06, además de reafirmar la voluntad política de los países miembros y asociados de avanzar más intensamente hacia una integración regional plena, los gobernantes de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Chile, más el canciller de Bolivia, asumieron el compromiso de enfrentar en forma conjunta "los problemas sociales más agudos de la región", entre ellos "la erradicación de la pobreza y todas las formas de discriminación".

Pero esa voluntad no se refleja en la agenda del próximo periodo que pone como objetivo primero el alcance de la estabilidad monetaria y fiscal,

como lo previsto en los acuerdos con el FMI. Y en lo productivo e comercial, se propone nueva rebaja de aranceles y la integración de cadenas productivas para transformar el bloque en una base exportadora. O sea, nada en relación a las pequeñas y medianas empresas, nada en relación a la posibilidad de generar la distribución de renta y generar un mercado regional.

Es demagogia hablar de mejora social sin proponer medidas de generación de empleo, de mejor de distribución de renta y manteniendo el corte de derechos y de presupuestos sociales.

Como consolidar la integración y la democracia sin prever condiciones de funcionamiento a los órganos de participación social en el MERCOSUR, como es el caso de Comisión Sociolaboral y el Foro Consultivo Económico Social? (**Correio Sindical Mercosul**)

31 DE AGOSTO DE 2000 - DIA DE LUTA NO MERCOSUL

POR EMPREGO, RENDA E CIDADANIA

é só clicar *

Índice

[Movimento Sindical e Trabalho](#)

[Mercosul](#)

[Empresas e Setores](#)

[Relações Externas](#)

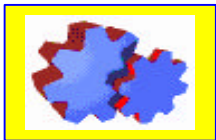
[Notas e Correspondências](#)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro - coordenadora.
Daniel Campos - Argentina
Antonio Carlos P. Castro - Brasil
Antonio Pecci - Paraguay
Patricia Bouzas - Uruguay

) cesint@uol.com.br



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e dirigentes sindicais de 16 setores profissionais aprovam plano de luta para o segundo semestre.

Como havíamos informado no número anterior, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, organismo de articulação das centrais sindicais do Mercosul - CGT-Argentina; CUT, CGT e FS do Brasil; CUT Chile, CUT Paraguay e PIT/CNT do Uruguay - realizou uma reunião nos dias 27 e 28 de junho, na sede da federação dos Empregados de Comércio da Argentina - FAECYS, ocasião em que se avaliou as atividades desenvolvidas pelas Comissões Sindicais Setoriais (o último encontro havia sido em dezembro passado, quando se realizou no Uruguay a Cumbre Sindical de Mercosur, com mais de 400 dirigentes presentes) e se analisou o processo atual das lutas sindicais nos 5 países e se aprovou um calendário de atividades e um plano de mobilizações.

A realização do encontro foi apoiada pelo Centro Solidariedade-AFL-CIO para o Mercosul, cujo escritório está sediado em Assunção, tendo participado da reunião sua coordenadora, companheira **Zolveida Serrano**, que tem garantido importante e decisivo apoio às atividades sindicais do Mercosul.

A reunião foi coordenada por **Valdir Vicente de Barros**, Secretário da CCSCS e dirigente da CGT-Brasil, por **Álvaro Padrón** responsável pela Secretaria Técnica da CCSCS e dirigente do PIT-CNT e por **Jorge Vanério**, dirigente sindical de Comércio e representante da CGT-RA. Estavam presentes companheiros e companheiras dos seguintes setores: Gráficos, Transporte Aéreo, Transporte Terrestre, Papel, Alimentação, Construção, Telecomunicações, Químicos, Metalúrgicos, Jornalistas, Petróleo, Energia, Pneus, Bancários, Saúde e Comerciais. Além disso participaram companheiras da Comissão de Mulheres da CCSCS, que informaram os avanços conseguidos em matéria de gênero e informaram as atividades que a Comissão tem desenvolvido, assim como uma das integrantes do grupo de trabalho para a Erradicação do Trabalho Infantil, que apresentou a todos as atividades previstas e material de propaganda da campanha que está sendo organizada pela CCSCS.

Ao final da reunião foi aprovado uma Declaração sobre o Relançamento do Mercosul (*para ler o texto em anexo em [português](#) e em [espanhol](#) basta clicar sobre a opção*) e um calendário de atividades que tem como um dos principais momentos uma grande mobilização no dia **31 de agosto na cidade de Brasília**, nas capitais e principais cidades dos 5 países, coincidindo com a reunião dos Presidentes da América do Sul convocada pelo Presidente brasileiro. Um dia antes da mobilização a CCSCS se reunirá em Brasília com dirigentes do Consejo Laboral Andino, para analisar suas opiniões sobre as negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina e coordenar ações conjuntas. (*Correio Sindical Mercosul*, 28/06/2000)

(no próximo número enviaremos a todos o calendário de atividades sindicais do mercosul do segundo semestre)

Coordenador da CPT do Paraná ameaçado de morte

O Coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Paraná Dionísio Vandresen foi ameaçado de morte, por meio de um telefonema anônimo, na tarde de ontem, em Guarapuava. Segundo a CPT, elas vêm acontecendo desde abril.

Esta não é a primeira vez que o coordenador recebe ameaças. Em 1997, o mesmo coordenador já havia sofrido um atentado, no Município de Pinhão quando seu carro foi interceptado por uma caminhonete F 1000. Ele voltava de uma visita ao acampamento de ex-escravos da fazenda Fundão, que haviam ocupado uma área na região, onde hoje está localizado o Assentamento Paiol de Telha.

Apesar das ameaças, a CPT do Paraná reafirmou sua opção de atuar na defesa dos pobres do campo, denunciando as violações de direitos humanos e contribuindo para a organização dos trabalhadores rurais. Mais informações : CPT PR, cptpr@softone.com.br. (Agência CONTAG de Notícias, 29/06/2000)

El 72% de los nuevos empleos es en negro

Según un estudio de la consultora Di Sabatino & Asociados, realizado sobre cifras del Indec, el 72 % del empleo que se generó desde 1990 hasta hoy es en negro. Es decir que casi no se ha creado trabajo genuino, con aportes destinados a la seguridad social.

Esta situación es, junto con la desocupación, el problema que más preocupa a las autoridades del Ministerio de Trabajo. "La única solución consiste en comprometer también a los sindicatos y a los empresarios. Acá, durante la última década se hizo la vista gorda", dijo Enrique Espínola Vera, subsecretario de Relaciones Laborales.

Un reciente trabajo realizado por Equis reveló que, sólo entre mayo de 1999 y mayo de este año, la informalidad se incrementó un 1,7% en todo el país. Es decir, hay 3,5 millones de trabajadores irregulares. Y el mismo análisis agrega que, desde 1990 hasta hoy, el empleo clandestino sobre el universo de los asalariados nacionales creció el 52, 1%. En ese lapso, "se agregaron al universo de la informalidad 1.178.000 trabajadores y empleados bajo relación de dependencia", dice la investigación. (La Nación, 29-06).

Manifestações por menor jornada de trabalho

A CUT paralisou três fábricas ontem pela manhã em Diadema para pressionar as empresas a iniciar negociações. A paralisação durou cerca de duas horas e reuniu 500 trabalhadores. "Apenas com a pressão os empresários irão negociar", disse Marinho. A Força Sindical paralisa hoje, em São Paulo, cerca de 70 fábricas localizadas nas imediações da avenida do Estado, na região próxima ao centro de São Paulo. Como nas paralisações de ontem em Diadema, em São Paulo as fábricas devem permanecer paradas por cerca de duas horas. Segundo Eleno Bezerra, secretário-geral da Força Sindical, a manifestação de hoje deve reunir 10 mil trabalhadores.

A Força Sindical e a CUT pretendem aumentar ainda mais a mobilização. "As paralisações devem se espalhar por todo o país", disse Marinho.

Bezerra classificou a posição do governo brasileiro, de defesa de 35 horas, de demagógica. "O presidente Fernando Henrique deveria dar incentivos às empresas para isso, como na França."

FHC defendeu, no início de junho, a redução para 35 horas, mas ressaltou que a discussão sobre o assunto deveria ser feita entre os trabalhadores e os empresários. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), recebeu, esta semana, representantes da CUT justamente para ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Temer afirmou aos sindicalistas que, assim que acabar o recesso parlamentar - o Congresso voltará a ter sessões em 1º de agosto -, será constituída uma comissão especial para analisar as propostas de redução da jornada. (Folha de São Paulo, 30.06.00)

Produtividade é arma para cortar jornada

A indústria brasileira obteve bons índices de produtividade nos últimos oito anos e pode abrir mão de parte desse ganho. É com esse argumento que as centrais sindicais brasileiras tentarão convencer os empresários a abrir negociações para reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas. O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgou ontem pesquisa sobre a produtividade na indústria. Segundo o estudo, que foi realizado pela subseção do órgão em São Bernardo do Campo, de 1992 a abril deste ano, os ganhos de produtividade na indústria foram da ordem de 95%. Isso significa que um trabalhador da indústria brasileira produz hoje, em uma hora, quase o dobro do que produzia há oito anos no mesmo período de tempo. Os salários não acompanharam o aumento de produtividade. O volume de salários pago pela indústria subiu 35%. "Existe uma diferença de 45%. Há margem para a redução da jornada de trabalho", afirma Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Os sindicalistas estimam que a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais possa criar 1,5 milhão de novos empregos no Brasil. A CUT (Central Única dos

Trabalhadores) tem a proposta de, em uma segunda etapa, fazer nova redução para 36 horas semanais. *(Folha de São Paulo, 30.06.00)*

Reunión de la CGT

Gerardo Martínez recibió ayer un fuerte respaldo del abanico sindical peronista. Un día después de conocerse dos denuncias por extorsión contra su mano derecha, Juan Ladina, los jefes de las dos CGT, Rodolfo Daer y Hugo Moyano, mostraron su solidaridad con el titular del gremio de la construcción haciéndose presentes en un acto de la UOCRA, realizado ayer en el microestadio de Ferro, donde la UOCRA presentó a la flamante Federación de Organizaciones Sindicales de la Industria de la Construcción, en donde hubo insinuaciones para lograr la unidad de ambos sectores.

El lunes Canal 13 presentó una denuncia a la Justicia por extorsión y asociación ilícita. Y al otro día Martínez hizo lo propio y removió del cargo a los cinco involucrados. Además se mostró dispuesto a presentarse a la Justicia si ésta así lo dispone.

En las dos CGT evaluaron que el hecho terminará convirtiéndose en argumento del Gobierno "para atacar a la dirigencia sindical y así justificar las medidas contra los derechos de los trabajadores". Aludían de esta manera a la reducción salarial dispuesta en el sector público y la desregulación del sistema de obra sociales sindicales, para que compitan con las empresas de medicina prepaga.

En los discursos realizados en Ferro, tanto Daer como Moyano se pronunciaron a favor de la unidad. "Le decimos al Gobierno que modifique su política económica de hambre, de hambruna y pobreza, que le está trayendo al pueblo argentino. A no dudar que la respuesta del movimiento obrero será unidad para luchar juntos por una Argentina para todos", dijo el líder de la CGT oficial. *(Página 12, 29-06).*

Contrato temporário vira fracasso

A mobilização dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, a fim de aumentar o nível de emprego, ocorre dois anos depois de o governo ter criado o contrato de trabalho por tempo determinado com o mesmo objetivo. Foi um tremendo fracasso. Dados do próprio Ministério da Trabalho indicam que, entre agosto de 1998 e março de 2000, a nova modalidade de emprego resultou em apenas 590 contratos, ou 17.205 vagas. Um número irrisório, abaixo de 0,05% do universo de 36,7 milhões de trabalhadores que o IBGE registrava dois anos atrás. A vantagem do banco de horas para as empresas é que com ele não precisam contratar trabalhadores. Mantêm apenas o mesmo quadro de pessoal. Conforme o ministério, 1.107 contratos dessa modalidade foram adotados até março deste ano, abrangendo um universo de 256.863 empregados. "O banco de horas visa manter o número de trabalhadores, enquanto o contrato por tempo determinado quer aumentar", lembra Maria Lúcia. Ou seja, as empresas preferiram aumentar as jornadas de trabalho de seu pessoal a fazer novas contratações. Segundo Maria Lúcia, o baixo desempenho do contrato por tempo determinado se deve também "à incompreensão dos setores envolvidos na negociação". Já o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, avalia que a medida foi apenas um golpe de mídia do governo, a fim de mostrar que trabalhava para o aumento do emprego. Para o secretário-geral do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Eleno Bezerra, o contrato por tempo determinado serviu basicamente para as empresas baixarem os salários dos empregados, demitindo aqueles com registro normal na carteira. *(Folha de São Paulo, 30.06.00)*

Metalúrgicas reduzem horário de trabalho

Em Sorocaba, interior de São Paulo, duas empresas metalúrgicas já reduziram a jornada de trabalho. As empresas ZF Sistemas e a Metalac reduziram de suas jornadas de trabalho para 42 e 40 horas. Além disso, em reunião nesta semana no Centro das Indústrias local (CIESP) se declararam favoráveis, juntamente com outras sete empresas da cidade e uma da vizinha Salto, à adoção de um contrato coletivo nacional para o setor metalúrgico. As outras empresas são a Motopeças, Luk do Brasil, Valeo, Ina Brasil, Rodis, Bendix e Iperfor de Sorocaba e Cyjmi de Salto, todas do ramo de autopeças. O contrato coletivo nacional pretende estabelecer um salário padrão nacional para a categoria metalúrgica, dificultando a

guerra fiscal no setor . O contrato pretende ainda a redução da jornada de trabalho para 4º horas semanais . (Gazeta Mercantil Planalto, 30.06.00)

Eletricitários podem parar na segunda

Os 5.000 eletricitários do Estado de São Paulo ligados às estatais Cesp, CTEEP, EPTE e Emae podem entrar em greve na próxima segunda-feira, caso o governo paulista se recuse a atender pedido de reajuste de 7,4%. Representantes dos sindicatos dos trabalhadores acusam a Secretaria de Estado de Energia de adotar uma política de contenção de gastos, já que concessionárias privadas, como CPFL, Geração Tietê e Paranapanema concordaram em dar um reajuste médio de 6%. Os sindicalistas afirmam ainda que as empresas estatais e concessionárias privadas reajustaram entre 14% e 16% seus preços neste ano, mas não querem repassar esses aumentos para os empregados. O sindicato dos eletricitários de São Paulo pretendia iniciar a greve hoje, mas adiou a decisão depois de audiência no TRT (Tribunal Regional do Trabalho), na qual o juiz Nelson Nazar solicitou que as negociações prosseguissem nesta semana. (Folha de São Paulo, 26.06.00)

Contag vai reunir 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) vai trazer a Brasília 20 mil trabalhadoras rurais em agosto. Trata-se da **Marcha das Margaridas**, a maior manifestação de mulheres rurais já ocorrida no país. A **Marcha das Margaridas** faz parte da programação da Marcha Mundial das Mulheres 2000 e pretende apresentar uma pauta de reivindicações ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do Grito da Terra Brasil 2000, realizado pela Contag em maio.

As mulheres trabalhadoras rurais vêm exigir o fim da violência sexista no campo, maior acesso aos benefícios previdenciários, tais como aposentadoria e salário maternidade, e sua inclusão no programa de reforma agrária, entre outras reivindicações.

Segundo a Coordenadora da Nacional Comissão de Mulheres da Contag, Raimunda Celestina de Macena, as mulheres do campo enfrentam, até hoje, uma série de impedimentos dentro das políticas públicas do governo para a reforma agrária e agricultura familiar. Isto porque os organismos governamentais tendem a reconhecer somente o homem como chefe de família na hora de conceder créditos e parcelas da reforma agrária.

A **Marcha das Margaridas** acontece no próximo dia 10 de agosto e está sendo promovida pela Contag, pelo Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento de Luta pela Terra, União Brasileira de Mulheres e pelo Conselho Nacional de Seringueiros, com apoio da SOF, Fase, Oxfam, Esplar e Tijupá. Já está confirmada a vinda de nove mil trabalhadoras rurais para a capital federal. (Agencia CUT Noticias, 29.06.00)

Combate ao trabalho escravo e infantil na área rural

Os 110 mil agentes comunitários de saúde e as representações do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (Pronaf), acessados por 140 mil agricultores familiares, irão atuar em todo o país para potencializar as ações do governo no combate ao trabalho infantil e escravo, e na prevenção de acidentes de trabalho no meio rural.

A parceria foi anunciada hoje (29/6) pela secretária Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Olímpia, durante o seminário de lançamento da nova etapa da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Área Rural, em Ribeirão Preto (SP). A Campanha foi uma reivindicação do Grito da Terra do ano passado, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

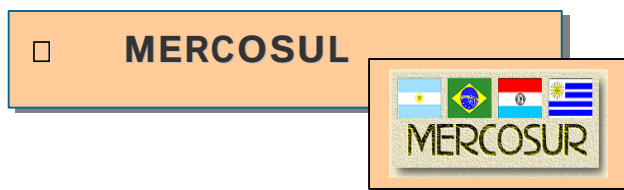
Para o secretário de Assalariados da Contag, Guilherme Pedro Neto, a decisão do governo atende, mais uma vez, a antigas reivindicações dos trabalhadores rurais, que vêm sendo gravemente penalizados pela falta de uma ação mais efetiva do governo na prevenção e combate ao trabalho informal e aos acidentes de trabalho.

Os acordos de cooperação técnicas assinados hoje prevêem o treinamento dos agentes de saúde e do Pronaf para que possam apoiar o trabalho feito, atualmente, por apenas 3.200 auditores fiscais. (*Agencia CONTAG de Notícias, 29/06/2000*)

FITCM lança programa de saúde, segurança e meio ambiente

A Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Madeira (International Federation of Building and Wood Workers -IFBWW) lançou uma campanha para ajudar aos seus sindicatos afiliados a fortalecerem suas estruturas, políticas e estratégias nas questões de saúde, segurança no trabalho e meio ambiente. O "Programa Global" lançado quer apoiar os trabalhadores de um setor da indústria notoriamente perigoso, e onde as empresas destrói as vidas de seus trabalhadores ao lhes expor a perigos bem conhecidos e evitáveis. Entre outras atividades o programa pretende aumentar a participação institucional dos sindicatos, tanto a nível nacional quanto internacional, nas questões de saúde e segurança; ajudar a estabelecer representantes e comitês junto às empresas para participarem das negociações dessas questões e estabelecer programas de treinamento e educação para dirigentes sindicais. O programa pretende também organizar campanhas globais, especialmente para as questões do amianto. Maiores informações sobre o programa podem ser obtidas com a coordenadora do "Programa Global", Fiona Murie através do e-mail fiona.murie@ifbww.org.

[regressar](#)



Cumbre de Presidentes del MERCOSUR

Se reafirmó el Mercosur

En la Cumbre de Presidentes del Mercosur, que finalizó ayer, se consolidó la voluntad política de los países miembros y asociados de avanzar más intensamente hacia una integración regional plena. El documento final con la firma de los presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Chile, más el canciller de Bolivia, agregó también el compromiso para enfrentar en forma conjunta “los problemas sociales más agudos de la región”, entre ellos “la erradicación de la pobreza y todas las formas de discriminación”.

Las declaraciones de todos los ministros y presidentes durante la Cumbre de Buenos Aires no dejaron dudas sobre la importancia política y estratégica que el mentado “relanzamiento” tiene para los países de la región. Ante cada pregunta por las divergencias económicas o los conflictos sectoriales los integrantes de las delegaciones de todas las naciones del “Mercosur ampliado” recurrieron a los mismos argumentos. A saber: que el Mercosur es una opción estratégica para insertarse en la globalización; y que los conflictos sectoriales o las diferencias arancelarias no deben interferir en esta estrategia.

La voluntad política, una vez más con prescindencia de las diferencias en materia de estrategias comerciales propias, también se manifestó en el establecimiento de un cronograma para la incorporación gradual de Chile como socio pleno, un objetivo que el actual presidente trasandino, Ricardo Lagos, había anunciado incluso desde su campaña electoral. No obstante el logro de haber conseguido la definición de plazos de integración –el canciller, Adalberto Rodríguez Giavarini, habló del próximo semestre– las dudas no fueron completamente despejadas. El ministro extraordinario de Brasil para el Mercosur, José Botafogo Gonçalves, se mostró escéptico al destacar que Chile “no está dispuesto a conversar sobre una convergencia

arancelaria" y "habría que preguntarle si tiene interés en conformar un mercado sudamericano". Sin embargo, también quedó claro que nadie pensó en ningún momento en pedirle a Chile que suba sus aranceles, una opción "completamente fuera de discusión", como se encargó de reafirmar el ministro de Hacienda trasandino, Nicolás Eyzaguirre.

En la declaración final de los presidentes se avanzó en el fortalecimiento institucional del bloque comercial, en especial se acordó en el Arancel Externo Común (AEC), en los plazos para la armonización de estadísticas y la coordinación macroeconómica, en los mecanismos para la resolución de controversias y en la progresiva eliminación de incentivos y subsidios a las inversiones

Entraves barram acordo no bloco

O "Relançamento do Mercosul", realizado oficialmente ontem na cúpula presidencial ocorrida em Buenos Aires, avançou no discurso, mas ainda enfrenta uma série de entraves para superar a crise iniciada após a desvalorização do real, no ano passado.

Por um lado, não houve adesão do Uruguai e do Paraguai à prorrogação do acordo no setor automotivo, que, por enquanto, é um acerto bilateral entre Brasil e Argentina. No setor açucareiro

também não houve avanços. A determinação de um cronograma para a inclusão do Chile ao bloco também fracassou e ainda não há definição de quando isso poderá ocorrer.

Os principais avanços da cúpula presidencial foram a mudança no discurso, a definição de um mecanismo de solução controvérsias mais efetivo e a convergência macroeconômica, antecipada na reunião triministerial de abril na capital argentina.

Indices macroeconómicos comunes

Los países del Mercosur ratificaron ayer el calendario que permitirá unificar sus políticas macroeconómicas y armonizar sus estadísticas con el fin de avanzar hacia una integración plena. El acuerdo figura en uno de los decretos dados a conocer al final de la cumbre del MERCOSUR realizada en Buenos Aires.

Estas decisiones ya habían sido aprobadas por los ministros de Economía o de Hacienda y los presidentes de los bancos centrales en la reunión de Buenos Aires el pasado 9 de junio, y ayer fueron ratificadas al máximo nivel.

El decreto del Consejo del Mercado Común del Mercosur, que funciona como instancia técnica del órgano regional, destaca la intención de "avanzar hacia objetivos comunes en las áreas macroeconómicas y de servicios financieros".

"Hasta ahora cada uno iba como podía, y ahora hemos buscado soluciones parecidas a las que arribó Europa", afirmó el presidente argentino Fernando de la Rúa.

Para cumplir esos objetivos, los socios del bloque elaborarán "estadísticas armonizadas basadas en una metodología común", que se iniciarán con seis indicadores que refieren a los resultados netos del gobierno, la deuda pública y el índice de precios.

A partir de setiembre de este año, el Mercosur publicará regularmente los indicadores sobre aspectos fiscales, y el primero de ellos tendrá los datos de 1999 y del primer semestre del año 2000. Asimismo, en marzo de 2001 se establecerán las metas fiscales, de deuda pública y de precios que sean acordadas de forma conjunta.

Los socios del Mercosur ratificaron también actualizar el análisis comparativo de las normas sobre los mercados financieros y de capitales, "con el objetivo de progresar con la integración de dichos mercados".

Acuerdo Automotriz

El acuerdo automotor regional, uno de los puntos críticos de la cumbre presidencial del "relanzamiento" del Mercosur que se celebró ayer en Buenos Aires, fracasó cuando Paraguay pidió intempestivamente que se le otorguen las mismas condiciones que a Uruguay, dijeron a El Observador altas fuentes uruguayas directamente vinculadas a las negociaciones. Avanzada

la tarde de ayer y cuando hasta el propio ministro de Economía, Alberto Bensión, anunciaba a la prensa que Uruguay había llegado a un acuerdo con Argentina y Brasil, el ministro de Industria, Sergio Abreu, casi interrumpió su conferencia de prensa para hablarle al oído. Con cara contrariada ambos secretarios de Estado volvieron a la tensa sala de reuniones. El ministro de Industrias de Paraguay, Euclides de Acevedo y su subsecretario, James Spalding, habían llegado a la reunión con sus reclamos. Fue la gota que desbordó el vaso.

Sin embargo, Uruguay obtuvo un resonante éxito: logró que se aceptara una prórroga de cinco años de su régimen de admisión temporaria, piedra angular de muchos sectores industriales que ingresan insumos con arancel cero para elaborar productos exclusivamente destinados a la exportación.

Relaciones Externas

Otros logros de la cumbre refirieron al comienzo de negociaciones conjuntas para una zona de libre comercio con Sudáfrica y con México y el establecimiento de un calendario de convergencia macroeconómica.

ALCA y UE

El presidente de Chile, Ricardo Lagos, le pasó a Jorge Batlle en plena reunión una fotocopia que el mandatario uruguayo hizo circular inmediatamente entre sus pares regionales. Para él, era la confirmación palmaria de sus dichos: la Unión Europea (UE) cerró su acuerdo con 11 países de Europa del Este por el que beneficia el ingreso de su producción agrícola. Los países latinoamericanos están cada vez más lejos de acceder a los mercados del viejo mundo.

"A los 10 minutos", relató Batlle a la prensa, "se sienta el representante de la Unión Europea, el señor Javier Solana y nos documenta todo esto, y nos dice que Europa va a incorporar a todo el mundo, a lo que naturalmente me vi obligado - cuando terminó su exposición- a pedir nuevamente la palabra y a decirle que eso notoriamente nos aleja aún más de la posibilidad de tener presencia con nuestros productos en Europa".

Como lo dijo durante la campaña electoral y lo ratificó esta semana en Buenos Aires al hablar ante la Asociación de Bancos de Argentina "esto ratifica la necesidad de fortalecer nuevamente el MERCOSUR y mirar hacia un acuerdo con el Nafta (Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos, Canadá y México) que hoy por hoy es el camino". Batlle recordó que ese camino "esta abierto y es el ALCA (Area de Libre Comercio de las Américas) y que tiene fecha cierta". Batlle no duda que los países de Europa del Este serán fuertes competidores de la región, ya afectada fuertemente en su acceso al mercado europeo por la política proteccionista agrícola de la UE. (*Página 12*, 01-07, *FSP*, 01/07/2000 , *El Observador*, 01/07/2000)

El azúcar amenaza la paz del Mercosur

El azúcar puede amargar la vida del Mercosur. Los brasileños vienen dispuestos a pelear para que pase a integrar la zona de libre comercio formada por la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay. Nunca lo estuvo. Y por dos razones: Brasil es el primer productor y exportador mundial de azúcar. Desde Buenos Aires ven el peligro: si se abren las fronteras, se acaba con la producción cañera de las provincias del Noroeste Argentino.

Visto desde Brasilia, el azúcar pasó a ser una "prueba" de la fidelidad argentina. Es más, para el gobierno de Fernando Henrique Cardoso llegó la hora de una definición: quieren terminar con lo que consideran como el último resabio de una época previa al proceso de integración.

Ayer, el vicedecano Horacio Chighizola no ocultó su molestia. "Este tema del azúcar es muy complejo. Mire cómo será que todos los países del mundo protegen su propia producción. ¿Por qué nosotros tenemos que liberar el comercio con el principal productor y exportador mundial? Tenemos provincias que dependen enteramente de ese monocultivo".

El embajador José Botafogo Gonçalves fue claro: "Sería malo para el Mercosur si en esta cumbre presidencial (a fines de este mes) no hubiera ninguna iniciativa que destrabe las discusiones sobre este asunto. Para nosotros, lo importante, es contar con un señal clara de la Argentina de que quiere negociar antes de diciembre". (*Clarín*, 24-06).

Al final de la Cumbre lo único que logro Brasil fue el compromiso de Argentina que analizará el tema en lo mínimo un año y máximo hasta 2004 y que el tema será prioridad en las negociaciones que siguen (FSP, 01/07/2000)

El Mercosur bajará su arancel

La Argentina propondrá, con el convenio tácito de Brasil, reducir y eliminar las excepciones del arancel externo común (AEC) del Mercosur para acercar a Chile al bloque y brindar una señal de mayor apertura comercial al resto del mundo. Fuentes del Ministerio de Economía confirmaron ayer que el tema se discutió con Brasil y que hay acuerdo para avanzar en un cronograma al respecto.

Es uno de los ejes para que Chile se sume al Mercosur y, además, es una señal para incrementar la integración con el resto del mundo -señaló uno de los funcionarios argentinos que mejor conoce la agenda con Brasil-.

La fuente detalló que ya cuentan con el apoyo del Ministerio de Hacienda, que lidera Pedro Malán, y de una parte de la cancillería que conduce Luiz Felipe Lampreia. Al respecto, fuentes oficiales brasileñas admitieron que tanto Malán como el titular del Banco Central de Brasil, Arminio Fraga, quieren "bajar el arancel externo común en algunos sectores para aumentar la competitividad de la economía". En cambio, aclaró, la batalla para convencer al Ministerio de Industria brasileño será más complicada.

Las negociaciones por el AEC -que en promedio rondan el 15%- forman parte de la cumbre del Mercosur, y es el "precio" que el bloque les cobra a las importaciones extrazona y, por lo tanto, su caída permitiría recibirlas a un valor más bajo.

El vicecanciller Horacio Chighizola dijo que "ningún bloque que intente discutir con otros, como la Unión Europea, un tratado de libre comercio y que levanta en todos los foros la bandera contra los subsidios puede estar en contra de la libertad de mercado, y la única manera de lograrlo es con una baja del arancel externo común", pero Chighizola dijo que la diferencia "efectiva" de aranceles entre el Mercosur y Chile es menor a la nominal, ya que se acerca al 4 por ciento.

"Es tan importante para el Mercosur tener un quinto socio -y un sexto más adelante, por Bolivia- como para Chile incorporarse a un mercado muy atractivo. Aparte, hay una fuerte inversión cruzada con la Argentina y un alto comercio bilateral con Brasil, así que tienen mucho para ganar", expresó el vicecanciller.

Más allá de las discusiones técnicas, se auguró un final feliz en la discusión Chile-Mercosur porque "hay voluntad política" para lograrlo. En tanto el embajador del Brasil en la Argentina, Sebastião Do Rego Barros, estimó que el ingreso de Chile generaría múltiples ventajas en el bloque. (*La Nación*, 28-06).

Se posterga el ingreso de Chile al MERCOSUR

No fue exactamente una desilusión. Pero ayer quedó pendiente una de las mayores apuestas políticas de Argentina y Brasil: incorporar a Chile, lo más rápido posible, como socio pleno del Mercosur. Como admitieron los cancilleres Adalberto Rodríguez Giavarini y el brasileño Luis Felipe Lampreia, falta bastante para que ese plan pueda madurar

Las dificultades quedaron al descubierto, ayer, durante la conferencia de prensa que ofrecieron en Buenos Aires los ministros de Economía y de Relaciones Exteriores del Mercosur, a quienes se unieron los de Chile y Bolivia. "No es por falta de voluntad política", explicó el chileno Nicolás Eyzaguirre. Se empeñó incluso en señalar: "Para Chile, el Mercosur es fundamental para su desarrollo económico. Como dijo ayer nuestro presidente Ricardo Lagos ante el Congreso chileno: de no unirnos al Mercosur quedaremos como globalizados y no como globalizantes". Pero Eyzaguirre fue contundente: "Chile debe continuar con total independencia del Mercosur en materia de política arancelaria. Sabemos que nuestro nivel de apertura no le conviene al bloque, al que estamos asociados, pero se debe respetar nuestra autonomía en este asunto. Nosotros no vamos a revisar nuestro cronograma de apertura", remató. (*Clarín*, 01-07).

FHC quer criar polo de produção no Cone Sul

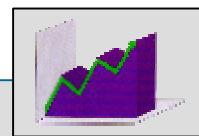
O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem a criação de um pólo industrial forte no Brasil e Argentina para servir de referência aos países da América do Sul e, com isso, evitar que a região repita o "modelo de maquila" adotado por outras regiões como forma de inserção na economia internacional.

Fernando Henrique referia-se à falsa industrialização existente em determinados países, como o México, que se restringem a fazer a montagem final dos manufaturados, sem condições de sustentar o processo produtivo completo. "O 'modelo de maquila' não serve para a América do Sul, mas também sabemos que precisamos aumentar nossas exportações de manufaturados se quisermos ocupar um espaço maior no mundo globalizado", afirmou o presidente durante encontro com empresários representantes de 190 empresas brasileiras que possuem negócios na Argentina.

Fernando Henrique Cardoso acredita que a formação de um eixo de industrialização no Brasil e Argentina, os dois maiores sócios do Mercosul, poderá dar maior competitividade à região. Ele reforçou ainda a importância das empresas sediadas no bloco econômico começarem a disputar terceiros mercados. *(O Estado de São Paulo, 29.06.00)*

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



Ford será el único oferente por Daewoo

Ford, la segunda empresa automotriz del mundo, sería designada hoy única oferente de Daewoo Motor. Su propuesta es pagar US\$ 6.800 millones de dólares por el insolvente grupo automotor surcoreano.

El comité de reestructuración de Daewoo —que lleva adelante un remate internacional en nombre de los acreedores— abandonó los planes para elegir a dos oferentes, en favor de un único enfoque con Ford.

La decisión es un importante revés para General Motors, el archirrival de Ford. GM confiaba en convertir a Daewoo en un centro exportador para el sudeste asiático.

Los acreedores de Daewoo rechazaron la oferta de GM así como una oferta rival de DaimlerChrysler, el grupo germano norteamericano, después de recibir garantías de Ford sobre cantidad de empleados, plataformas de vehículos y acuerdos sindicales para el futuro.

Daewoo cuenta con una capacidad de fabricación de 2 millones de vehículos diarios. La compañía fue puesta a la venta el año pasado luego que su pasivo fue calculado en 16.000 millones de dólares. (*Clarín*, 29-06).

Motorola terá Centro Tecnológico no Rio Grande do Sul

O governo gaúcho e a Motorola firmaram protocolo de intenções para a implantação do Centro de Excelência ibero-americano em Tecnologia Eletrônica Avançada, em uma parceria com universidades e empresas privadas nacionais. O projeto é avaliado em cerca de US\$ 25 milhões e tem o objetivo de desenvolver, testar e fabricar chips com milhões de circuitos integrados, dos quais 50% virão da Motorola e a outra metade, de diversas fontes de origem nacional. A expectativa é que o centro comece a funcionar no começo do próximo ano e que os protótipos dos chips comecem a ser produzidos no início de 2002.

Tibia recuperación de la economía argentina

Durante los tres primeros meses del 2000, el Producto Bruto Interno se expandió el 0,9%, bastante menos del 1,5% que esperaba el equipo económico. De todos modos, después de cinco trimestres de recesión -desde septiembre de 1998- se quebró la tendencia descendente que mostraba la economía argentina.

Por su parte, economistas consultados aseguraron que el repunte no alcanza para que se cumpla el pronóstico oficial de expansión económica del 3,5% para todo este año y vaticinaron que se ubicará entre el 2 y el 2,5 por ciento.

La cifra se sumó al leve crecimiento de la producción industrial de mayo, que fue apenas el 1,6% superior a la del mismo mes de 1999.

El informe de actividad difundido ayer trajo un dato desalentador: la inversión interna bruta fija descendió entre enero y marzo de 2000 el 3,1 por ciento. Este descenso es causa de la caída del 2,5% en las inversiones en construcción y del 4,2% en la compra de equipos durables de producción. En el caso de la construcción, la tendencia no varió en el segundo trimestre. En mayo esa actividad se desplomó el 20,5 por ciento respecto del mismo mes de 1999. (*La Nación*, 24-06).

[regressar](#)

5(/\$d(6(7(51\$6



Acordo do OMC é alvo de severas críticas

O acordo de proteção à propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC) e suas regras para as patentes internacionais podem ameaçar direitos humanos se não trouxerem salvaguardas, indica o Informe sobre Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas. Com fortes críticas à OMC, o documento defende uma adaptação da organização às regras internacionais de proteção aos direitos humanos e de defesa ambiental. As regras sacramentadas pela OMC ameaçam o acesso a medicamentos e os direitos de populações pobres sobre conhecimentos e recursos tradicionais, aponta a ONU. O relatório condena, ainda, a reivindicação, feita por políticos dos países desenvolvidos e organizações não-governamentais, para que se incluam nos acordos da OMC cláusulas sociais, com punições para países que desrespeitam direitos trabalhistas.

O Informe defende a criação de "salvaguardas mais rígidas", para impedir que as regras de patentes da OMC prejudiquem a produção mais barata de medicamentos vitais, como os remédios contra a Aids, nos países em desenvolvimento. A Índia, com regras próprias para produção de remédios, produz por US\$ 55 dólares tabletes anti-Aids, que, na Malásia e países vizinhos custam quase US\$ 700 ou mais.

A redução da pobreza no mundo é dificultada pelas barreiras aos comércio dos países menos desenvolvidos, lamenta o estudo da ONU. Os técnicos calculam que, se removidas essas barreiras, poderiam ser geradas receitas de US\$ 700 milhões anuais até 2.005.

Segundo o documento, a OMC, encarregada de remover essas barreiras, faz parte de um modelo "sumamente desigual", em que os países pobres não têm acesso a uma boa assessoria e a verbas para defender seus interesses. "Quatorze dos países mais pobres tem uma delegação de uma pessoa ou não têm ninguém em Genebra", comenta o texto. O documento contesta, porém, as reivindicações de políticos e instituições civis para submeter os países a "cláusulas sociais", que permitiriam sanções comerciais em caso de desrespeito aos direitos trabalhistas. (Valor Econômico, 29.06.00)

Emergentes denunciam protecionismo agrícola

Um grupo de 18 países exportadores de produtos agrícolas conhecido como Grupo Cairns, que fazem parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), acusou os EUA e a União Européia (UE) de erguer novas barreiras a produtos agrícolas importados de nações pobres apesar das promessas feitas em 1994 de abrir seus mercados. A acusação está contida num documento assinado pelos 18 países que será discutido amanhã na abertura do encontro de dois dias da OMC, como parte de um processo para elaborar um acordo sobre maior liberalização do comércio de produtos agrícolas. "Barreiras à importação nos países em desenvolvimento foram aumentadas em vez de reduzidas, principalmente contra produtos melindrosos", informa o documento. O atual Acordo sobre Agricultura da OMC, parte do pacote global da organização de 137 países membros, assinado em Marrocos em 1994, devia ter dado um novo impulso à capacidade dos países em desenvolvimento de expandir a produção e a exportação de gêneros agrícolas, acrescentou o documento.

Segundo informou, o acordo na verdade serviu para dar a países mais ricos o "tratamento especial e diferenciado" que devia ser concedido aos membros mais pobres da OMC. O documento foi apresentado à Secretaria da OMC quase simultaneamente a outras propostas para conversações sobre agricultura - que só entrarão na fase de negociação plena no início do próximo ano - pela UE e pelos Estados Unidos.

Divergências quanto ao modo de enfrentar a questão agrícola foram elemento-chave no fracasso da conferência ministerial da OMC em Seattle (EUA), em dezembro - os participantes não conseguiram lançar uma nova rodada de conversações para liberalização do comércio. A

UE - apoiada pelo Japão, Noruega, Coréia do Sul e Suíça - argumenta que a agricultura tem significado cultural e ambiental, além de econômico, e seu destino em cada país não pode ficar à mercê do jogo irrestrito das forças de mercado. (*O Estado de São Paulo*, 29/06/2000)

Acordo une México à América Central

O México assinou ontem um acordo de livre comércio com o chamado 'Triângulo Norte' da América Central, encerrando, dessa forma, oito anos de negociações intermitentes. O pacto selado pelo país com a Guatemala, El Salvador e Honduras eliminará as tarifas sobre uma série de produtos agrícolas e manufaturados no prazo de 12 anos e entrará em vigor no dia 1o. de janeiro. 'Não foi fácil chegar a este acordo comercial histórico', disse o presidente Ernesto Zedillo a centenas de empresários. 'Exigiu árduas negociações, uma clara visão e também o compromisso político dos presidentes de El Salvador, Guatemala e Honduras.' O presidente guatemalteco, Alfonso Portillo, anunciou o acordo como um passo para a integração das economias da América Central. 'Se todos assinaram com o México, por que nós não podemos?' perguntou. (*Gazeta Mercantil*, 30.06.00)

Andinos presentan proyectos conjuntos ante la Reunión del Consejo Asesor de la Conferencia Interamericana de Ministros de Trabajo

El 22 y 23 de junio pasado se celebró en Santiago de Chile la Reunión del Consejo Asesor de la XI Conferencia Interamericana de Ministros de Trabajo, cuya Presidencia Pro Tempore la ejerce el Ministro de Trabajo y Previsión Social de Chile, Ricardo Solari.

En estas deliberaciones participaron representantes de los Ministerios de Trabajo de Perú, Uruguay, Venezuela, Canadá y Estados Unidos; representantes empresariales y sindicales, así como organismos internacionales tales como el Banco Interamericano de Desarrollo, la Organización Internacional del Trabajo, la Organización de los Estados Americanos, la Secretaría General de la Comunidad Andina, entre otros.

El Ministerio de Trabajo de Venezuela, en representación del Consejo Asesor de Ministros de Trabajo de la Comunidad Andina, presentó ante esta reunión dos proyectos que la subregión andina considera prioritarios. El primero de ellos, "Consejos Territoriales de Empleo: una estrategia de concertación en favor del empleo", fue preparado con la colaboración del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de Colombia. El segundo, "Elaboración de un Programa Subregional de Inspección de Trabajo en materia de Seguridad y Salud Ocupacional y Condiciones de Medio Ambiente de Trabajo", fue preparado con la colaboración de la Oficina de Área y Equipo Técnico para los Países Andinos de la OIT. Adicionalmente, el Ministerio de Trabajo y Promoción Social del Perú presentó el documento "Diagnóstico en materia de Seguridad y Salud en el empleo en los países de la Subregión Andina", que complementa el trabajo preparado por la OIT y donde se enfatiza la necesidad de concretar en una primera etapa los diagnósticos nacionales sobre esta materia en cada uno de los cinco Países Miembros de la Comunidad Andina.

Como se recuerda, la IV Reunión de Viceministros y Expertos del Trabajo de la Comunidad Andina, celebrada en Lima en mayo de este año, acordó la presentación de estos proyectos subregionales como una forma de empezar a abordar conjuntamente los retos sociolaborales que supone la próxima conformación del Mercado Común Andino el año 2005.

Para tener acceso a mayor información sobre las actividades de la XI Conferencia Interamericana de Ministros de Trabajo, se puede visitar la siguiente dirección en la Página Web de la Organización de los Estados Americanos: <http://www.oas.org/udse/esp/trabajo.htm> (*Información Sociolaboral*, 15/2000)

Solana busca acercamiento UE-Mercosur

Con el mandato de reimpulsar las relaciones con el Mercosur, el alto representante de la Unión Europea (UE), el español Javier Solana, llegará hoy a Buenos Aires para participar mañana como observador de la cumbre de jefes de Estado del bloque.

La llegada del diplomático se produce en un momento en el que las negociaciones entre las regiones para liberalizar el comercio antes de 2005 **no registraron avances**, después de la última reunión celebrada en Bruselas.

Fuentes de la Comisión Europea dijeron que la intención de la UE es firmar un acuerdo que establezca la zona libre comercio con el Mercosur, sólo después de que se concrete el ALCA - cuya fecha de lanzamiento prevista es en 2005- y con un período de transición de 10 años antes de su plena vigencia.

Los informantes admitieron que la preocupación de la UE es "no sufrir daño por el ALCA", en el sentido de que si este acuerdo se concreta sin que Europa tenga un tratamiento similar, podría producirse una desviación del comercio que perjudicara al viejo continente.

Asimismo, las fuentes indicaron que la Comisión requerirá que, cuando el acuerdo entre en plena vigencia, luego del período de transición, se hayan eliminado todas las barreras al interior del bloque. "Queremos el acceso a un mercado, no a cuatro países; queremos, por ejemplo, que una vez que los autos europeos entren al Mercosur con arancel cero o muy bajo puedan ser vendidos libremente en cualquiera de los mercados", ejemplificaron. (El Observador 29/06/00)

Organización Iberoamericana de Seguridad Social apoyará a Ministros Andinos en la reforma del "Instrumento Andino de Seguridad Social"

La Organización Iberoamericana de Seguridad Social (OISS), dará su apoyo técnico para la revisión de las Decisiones 113 y 148, relativas al "Instrumento Andino de Seguridad Social".

Basándose en su anterior experiencia con el Mercosur en estas materias, la OISS plantea que la forma más oportuna de plasmar dicho apoyo técnico será a través de un análisis detallado de ambas Decisiones y su adecuación a las tendencias vigentes en el campo de los Convenios bilaterales y multilaterales de Seguridad Social para, a partir de dicho análisis, "elaborar un primer borrador de documento de revisión que sirva de base al posterior debate en la V Reunión de Viceministros y Expertos del Trabajo de la Comunidad Andina". Para mayor información sobre las actividades desplegadas por la OISS se puede visitar la Página Web de dicha Organización: <http://www.oiss.org> (Información Sociolaboral 15/2000).

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Recebemos as seguintes correspondências:

Violações dos Direitos Sindicais no Brasil

"Companheiros e companheiras:

Em anexo enviamos cópia do Informe nº 2 (correspondente a Junho/2000) sobre **"Violações de direitos sindicais"** no Brasil.

O informe contém denúncias sobre violações ocorridas em empresas (uma ligada ao grupo Klabin em Paraná; outra, em Alagoas, pertencente ao grupo Odebrecht; uma terceira, química, no ABC paulista) e na administração pública (a Prefeitura de Jacarei no Estado de São Paulo).

Alem disso, o Informe registra o avanço na consolidação de direitos sindicais que significa o fato da Justiça reconhecer a estabilidade para dirigente da CNTT-CUT.

Saudações cutistas,

Secretaria Geral -Secretaria de Política Sindical - CUT Nacional. "

O Boletim pode ser obtido através de e-mail para sindical@cut.org.br .

IDEP/ATE promueve cursos de capacitación

El Instituto de Estudios sobre Estado y Participación de la Asociación de Trabajadores del Estado de la Provincia de Buenos Aires (IDEP/ATE Bs. As.) informa el inicio de los siguientes cursos en el marco del Programa de Capacitación / Formación Laboral y Profesional.

CURSO DE INGLES (Nivel Básico); CURSO DE PORTUGUES (Nivel Básico); CURSO DE UTILIZACIÓN DE LA INTERNET EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA; CURSO DE METODOLOGIA EN INVESTIGACION SOCIAL (MÓDULO I); CURSO DE EPIDEMIOLOGÍA GENERAL.

Informaciones sobre duración, costos e inscripciones, escribir a IDEP/ATE Bs. As. Teléfonos: 0221 – 4259430/4248901 E-mail: idepba@cadema.com.ar - Dirección de Internet: www.atepba.org.ar

Gráficos de Bolivia

Compañera:

En principio le hacemos llegar un saludo fraterno y de amistad esperando que se encuentre bien de salud, estamos recibiendo toda la correspondencia que nos mandan como es el CORREIO SINDICAL MERCOSUR por el correo electrónico, quedamos profundamente agradecidos por la documentación que nos hacen llegar.

Esperando que esta comunicación no se corte le reiteramos nuestras consideraciones más distinguidas.

Atentamente.

Oscar Soto E

STRIO. GENERAL F.G.B.

Congreso de los Bancarios de Argentina en internet

Estimados Compañeros:

Ponemos en vuestro conocimiento, que la Asociación Bancaria realizará el XXVII Congreso Nacional Ordinario.

El mismo se llevará a cabo en instalaciones de la Confederación General del Trabajo (C.G.T.).

Dicho Congreso funcionará los días 29 y 30 de junio del 2000, y se transmitirá en forma ON-LINE a través de la red Internet.

Hemos dispuesto la siguiente WEB-SITE, para poder disponer de la información relativa al desarrollo del presente Congreso. La dirección de WEB es: www.congresobancario.org.ar

La transmisión abarcará los siguientes horarios:

Jueves 29/06/2000 - 11,30 hs./Argentina - Iniciación del Evento; Conformación de Mesa Provisoria; Conformación de Comisión de Poderes; Elección Autoridades Mesa del Congreso; Cierre de Trasmisión (aprox.13 hs./Argentina); Reanudación del Congreso y Elección de Comisiones de Trabajo (16,30 a 19 hs./Argentina) .

Viernes 30/06/2000 - 16,30 a 20 hs. /Argentina - Debate propuestas; Lectura de los Despachos de Comisiones; Votación y cierre del Congreso.

Sin otro particular saludo cordialmente,

Carlos A. Loys

Director Internet y Comunicaciones

Asociación Bancaria (S.E.B.)

[regresar](#)

Apoio
**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição

Consultoria Econômica e Social Integrada